DIEESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

cepes APEOESP
Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais e Sindicais

APEOESP
SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Filiado à CNTE e CUT

BOLETIM DE CONJUNTURA Nº 3

Edição: 7/12/2007
Periodicidade: quadrimensal

Introdução

Encerramos o ano de 2007 com o terceiro boletim quadrimestral de conjuntura. Esperamos que a iniciativa de produzir um boletim de conjuntura para subsidiar o Sindicato dos Professores de São Paulo (APEOESP) na defesa da categoria tenha repercutido positivamente e que os professores tenham conseguido aproveitar as informações em seu dia-a-dia. Nossa intenção é que o boletim, junto com outros trabalhos da subseção do DIEESE na APEOESP, sejam uma referência para os professores na luta sindical, sem o que não faria sentido dar continuidade ao boletim no próximo ano.

Este número trás uma breve análise dos principais indicadores da conjuntura econômica nacional e do estado de São Paulo, bem como dados conjunturais da Secretaria da Educação, tais como a evolução do emprego e salários do quadro do magistério paulista.

Como nos boletins anteriores, terminamos com uma seção especial: desta vez com uma breve análise da proposta orçamentária do governo para área da educação.

A exposição dos dados permite o conhecimento dos indicadores conjunturais em uma linguagem simples e acessível, organizada em cinco tópicos:

1. Indicadores da Conjuntura Econômica Nacional
2. Indicadores de Contas Públicas do Estado de São Paulo
3. Conjuntura setorial da área da educação
4. Análise da proposta orçamentária

APEOESP - Praça da República, 282
Telefone: (11) 3350 6057
www.apeoesp.org.br
e-mail: imprensa@apeoesp.org.br

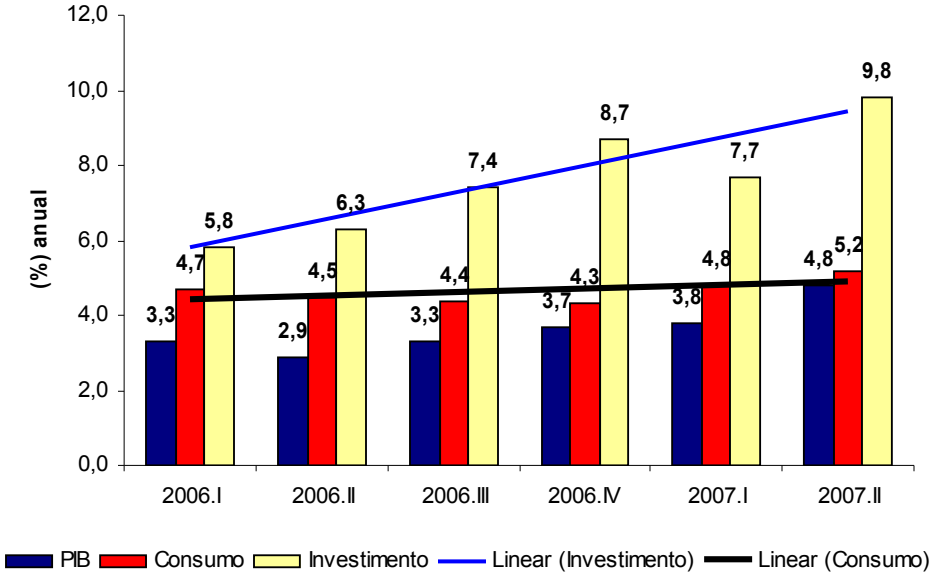
Produção: Subseção DIEESE/APEOESP
http://www.apeoesp.org.br/dieese/index.htm
Responsável Técnico: Alexandre Sampaio Ferraz
Equipe: Alexandre Sampaio Ferraz, Eliana Elias, Fernando Martins

1. Indicadores da Conjuntura Econômica Nacional (PIB, Inflação, Desemprego)

A economia brasileira parece ter iniciado um ciclo de crescimento econômico desde o primeiro trimestre de 2006. Os dados de 2007 confirmam a aceleração da atividade econômica, com uma clara tendência positiva para os últimos meses do ano.

Pelo lado da demanda, a atividade econômica é alimentada por altas taxas de investimento (9,8%), acima do produto interno bruto (4,8%), além do constante crescimento do consumo das famílias (5,2%). Se as taxas de investimento se mantiverem maiores que as do consumo haverá pouca chance de que o crescimento resulte em maiores pressões inflacionárias, acima da meta estabelecida pelo Banco Central.

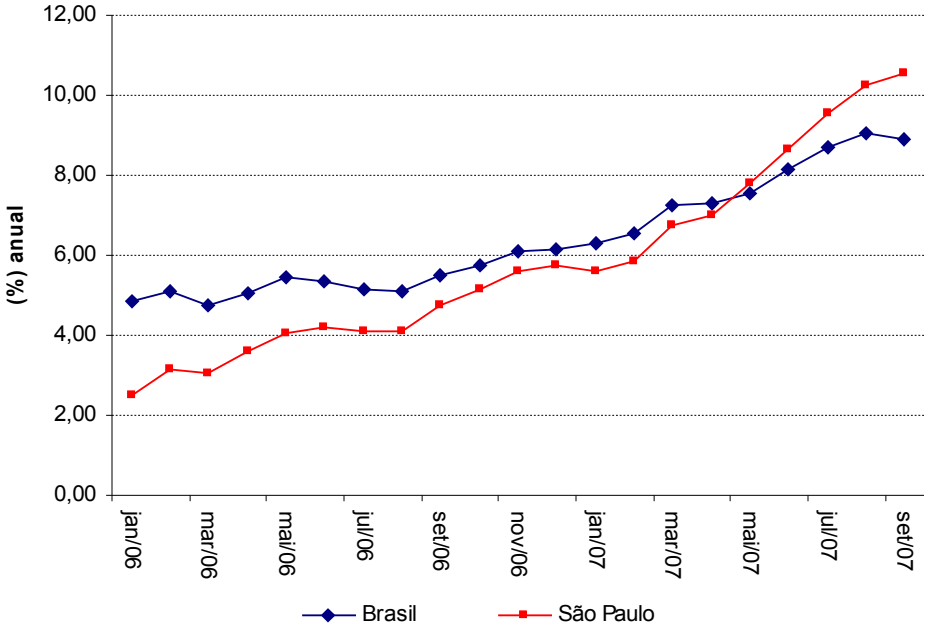
Gráfico 1
Taxa de crescimento anual por trimestre
Brasil
2006-2007



Fonte: IBGE
Elaboração: DIEESE – Subseção Apeoesp/Cepes

Este comportamento foi puxado pelas vendas do varejo, como podemos ver abaixo. São Paulo se destaca claramente da média do país, com uma acentuação do crescimento das vendas em 2007, passando o patamar dos 10% em agosto e setembro.

Gráfico 2
Vendas no comércio varejista
Brasil e São Paulo
2006-2007



Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio
Elaboração: DIEESE – Subseção Apeoesp/Cepes

Apesar da indicação de que a inflação deve manter-se sob controle, a evolução do índice de preços medida pelo Índice do Custo de Vida do DIEESE dos últimos doze meses apresentou trajetória crescente a partir de maio de 2007 estabilizando-se em um patamar de 4,3% até novembro deste ano.

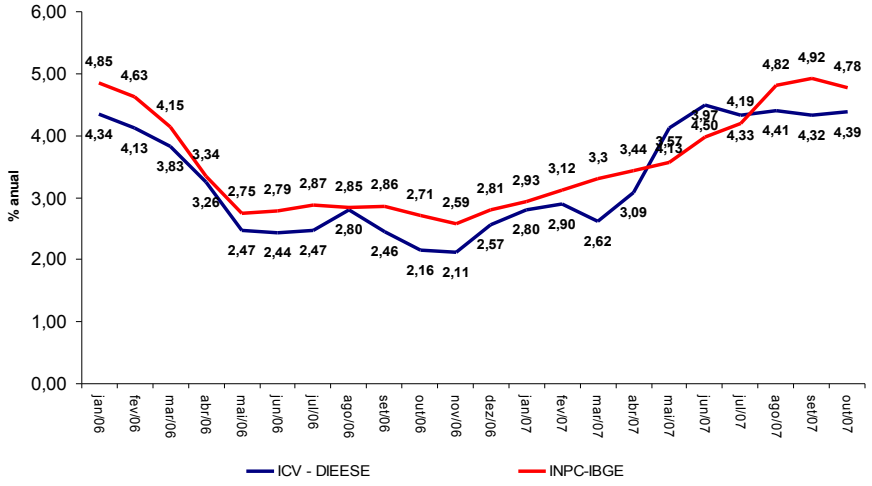
O maior responsável por esse aumento foi o grupo alimentação, acumulando uma alta de 9,7% nos últimos 12 meses, seguido das tarifas administradas (água, luz, transporte coletivo, telefone).

A inflação tem impacto diferenciado por nível de renda, pois para cada nível há uma composição distinta de bens na cesta de consumo. Por exemplo, trabalhadores com renda mais baixa consomem mais transporte público que trabalhadores com rendas mais altas, que utilizam mais o transporte individual.

A análise por nível de renda mostra que a inflação foi maior para a população de baixa renda (5,21%, contra o índice geral de 4,3%), por causa de aumentos mais expressivos nos preços dos alimentos (10,81% contra 9,70%) e do transporte (7,47% contra 2,8%), principalmente por

conta do aumento de preços do transporte coletivo (13% de aumento). O DIEESE estima que o ano de 2007 fechará com uma inflação da ordem de 4%, contra a inflação de 2,6% de 2006.

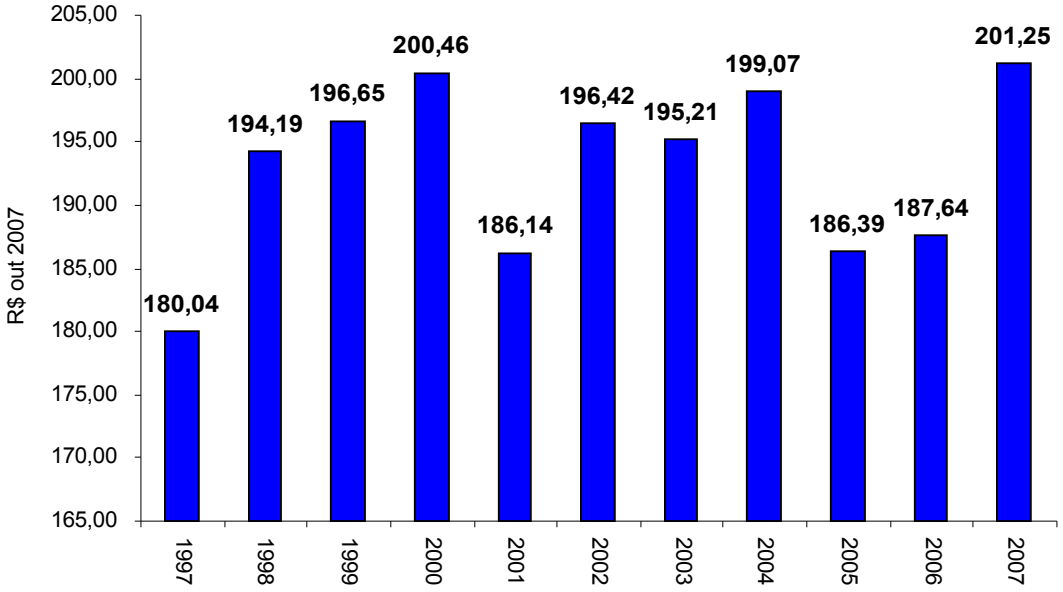
Gráfico 3
Índice de Custo de Vida (ICV-DIEESE) - Taxas Anuais
São Paulo (Jan/06 Out/07)



Fonte: DIEESE – Índice de Custo de Vida
Elaboração: DIEESE – Subseção Apeoesp Cepes.

O aumento do nível geral de preços se refletiu no preço da cesta básica consumida no município de São Paulo. Em agosto de 2007, a cesta passou a custar R$ 201,25, uma elevação real de 7,3% em relação a agosto de 2006, quando a cesta valia R$ 187,64 em valores reais (descontada a inflação).

Gráfico 4
Valor real da Cesta Básica [1]
São Paulo
out/97 a out/07



Fonte: DIEESE
Elaboração: DIEESE – Subseção – Apeoesp/Cepes

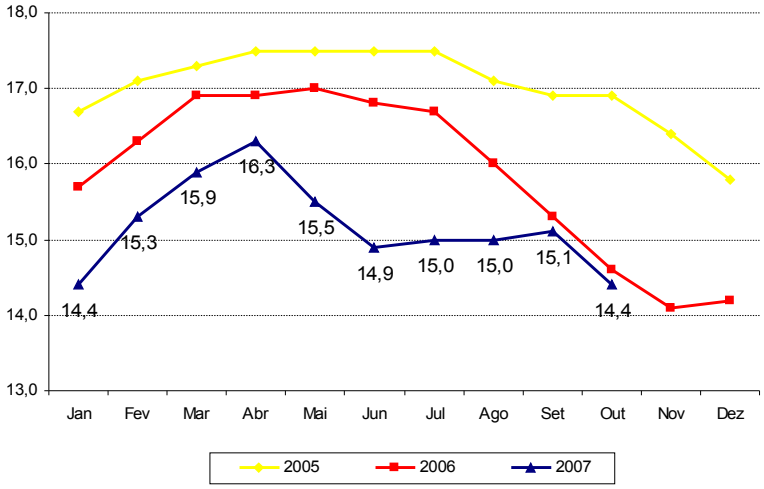
Nos meses de julho a setembro de 2007, o mercado de trabalho da RMSP ficou estável, ao contrário do que se observou no mesmo período de 2006, quando o desemprego seguiu uma trajetória de queda.

Mas a partir do mês de outubro de 2007 o nível de ocupação voltou a crescer na região (151 mil postos em relação a setembro). A taxa de desemprego caiu neste mês para o patamar mais baixo desde o plano real, atingindo 14,4% da PEA (População Economicamente Ativa).

Apesar da recuperação do mercado de trabalho, o desemprego ainda é alto, atingindo aproximadamente 1,482 milhão de pessoas na Região Metropolitana de São Paulo.

.

Gráfico 5
Taxa de Desemprego (1) RMSP
jan/05 –out/07



Fonte: DIEESE
Elaboração: DIEESE – Subseção – Apeoesp/Cepes
Nota: (1): Refere-se à soma do desemprego aberto e oculto, Desempregados/PEA

2. Indicadores de Contas Públicas do Estado de São Paulo

2.1 Receita: Arrecadação de ICMS em setembro.

Segundo dados da Secretaria da Fazenda, em setembro de 2007, a arrecadação da quota parte do Estado referente ao Imposto sobre Circulação de Serviços (ICMS) somou R$ 3,9 bilhões em termos reais.

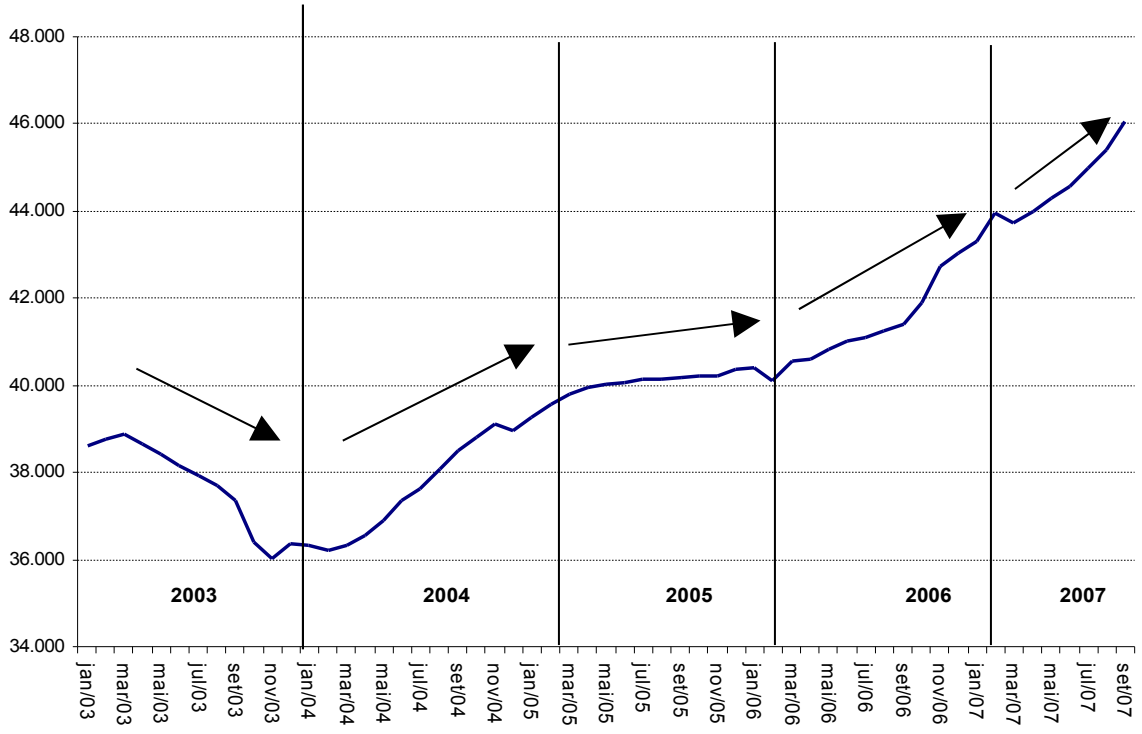
Apesar da queda de -1,4% em termos reais na comparação com o mês anterior, o valor arrecadado nos primeiros 9 meses do ano (R$ 34,5 bilhões) apresentou um crescimento real de 8,7% em relação ao mesmo período de 2006.

Os dados também são positivos na comparação com os 12 meses encerrados em setembro de 2007, crescimento real de 11,3% em relação aos 12 meses imediatamente anteriores.

Esses dados de arrecadação confirmam o desempenho positivo no ano de 2007, superando a expectativa do governo paulista.

No gráfico abaixo, elaborado pelo DIEESE, podemos observar que a arrecadação de ICMS vem apresentando trajetória crescente, retomada desde 2006 com a volta do crescimento da economia.

Gráfico 6
Arrecadação de ICMS no Estado de São Paulo
Acumulado nos últimos 12 meses
2003-2007



Fonte: Secretaria da Fazenda
Elaboração: DIEESE - Subseção Apeoesp/Cepes
Nota: Deflacionado com base no IPCA-IBGE

2.2 Despesa de Pessoal do Poder Executivo do Estado – Comparação quadrimestral

Devido às políticas de contenção fiscal para obtenção de superávits primários que possibilitem o pagamento dos juros e a política de contenção da despesa com pessoal, a execução orçamentária do governo do estado tem levado ao crescimento da receita acima das despesas.

Desde o 2º quadr/2001 a 2º quadr/2007, a Receita Corrente Líquida acumulou alta de 92,7%, ao passo que a Despesa com Pessoal cresceu apenas 67,3%, em termos nominais.

É este quadro geral que explica a queda de -6,14% pontos percentuais (p.p.) no comprometimento da **Receita Corrente Liquida** com a **Despesa de Pessoal,** quando comparados o 2º quadr/2001 e o 2º quadr/ 2007.

Os dados resumidos do relatório do governo entre 2001 e 2007 encontram-se na Tabela 1. O efeito

desta política é que o gasto do governo com pessoal, (40,29% da RCL) está bem abaixo do **limite prudencial** expresso na **Lei de Responsabilidade Fiscal** (LRF), de **46,55% da RCL**.

Segundo a LRF o **Limite Máximo** é de **49,00%** (art. 20), ao passo que o **Limite Prudencial** é de **46,55%** (art. 22).

Nos três últimos anos a margem para aumento das despesas com pessoal aumentou na proporção do arrocho aplicado pelo governo, principalmente a partir de 2002.

Tabela 1
Execução Orçamentária – Despesa de Pessoal e Receita Corrente Líquida
Estado de São Paulo – 2001 a 2007

Período	Receita Corrente Líquida	Despesa com Pessoal	%
2 quadr/2001	35.792.384	16.618.942	46,43%
2 quadr/2002	37.582.977	18.402.309	48,96%
2 quadr/2003	42.728.382	20.054.964	46,94%
2 quadr/2004	47.233.923	20.921.214	44,29%
2 quadr/2005	54.939.750	23.165.528	42,17%
2 quadr/2006	59.188.544	26.415.067	44,63%
2 quadr/2007	68.984.488	27.796.036	40,29%
Variação %	92,7%	67,3%	- 6,14 p.p

Fonte: Secretária Estadual da Fazenda
Elaboração: DIEESE – Subseção Apeoesp/Cepes
Obs: A Receita Corrente Líquida corresponde à Receita Corrente do Estado menos transferências constitucionais, legais e contribuição dos servidores

Na tabela 3, apresentada no item sobre a campanha salarial exploramos este ponto mais detalhadamente.

3. Conjuntura setorial da área da educação

3.1 O desempenho do Quadro do Magistério

No mês de Outubro de 2007 o **Quadro do Magistério** registrou 248.981 profissionais, sendo 77.898 PEB I, e 152.434 PEB II. As funções de professor coordenador, professor vice-diretor, diretor de escola e supervisor de ensino somam pouco mais de 18 mil cargos.

Dos 248.981 professores empregados em outubro de 2007, 49,7% (123.819) eram OFA e 50,2%, (125.162) efetivos. No Boletim de janeiro a proporção era de 47,7% (OFAs) e 52,3% (Efetivos).

As comparações conforme categoria do Quadro do Magistério podem ser vistas na tabela 2.

Tabela 2
Número de Funcionários Ativos do Quadro do Magistério (1) , segundo classes
Rede Estadual – Outubro de 2007

Classe	Efetivo		OFA		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Professor PEB I	29.574	38,0	48.324	62,0	77.898	**100**
Professor PEB II	81.555	53,5	70.879	46,5	152.434	**100**
Professor Coordenador	3.784	58,0	2.738	42,0	6.522	**100**
Professor Vice-Diretor	3.440	64,7	1.878	35,3	5.318	**100**
Diretor de Escola	5.387	-	-	-	5.387	**100**
Supervisor de Ensino	1.292	-	-	-	1.292	**100**
Outros	130	-	-	-	130	**100**
Total	**125.162**	**50,27**	**123.819**	**49,73**	**248.981**	**100**

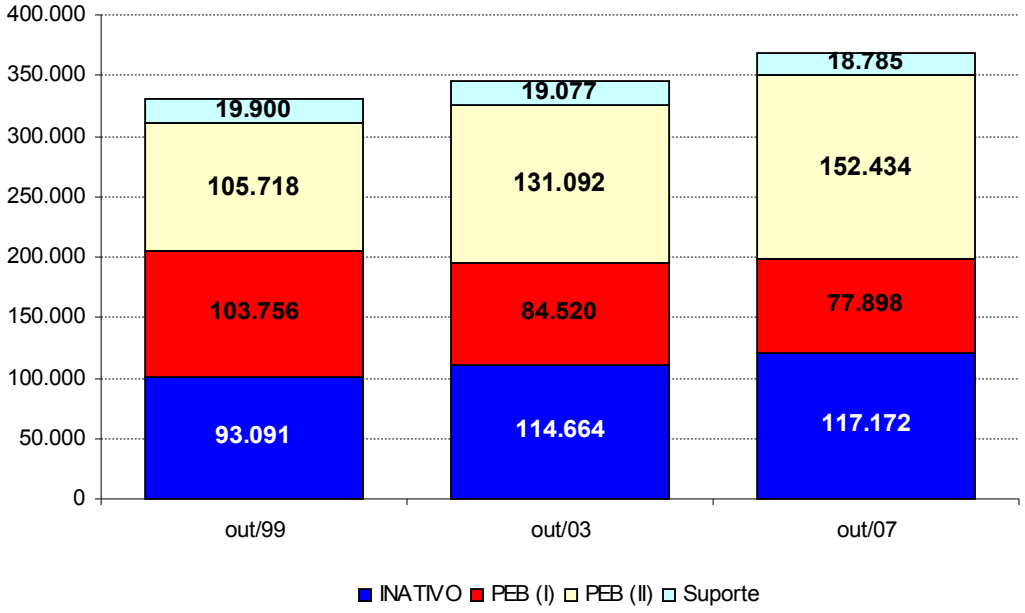
Fonte: SEE – Boletim de Acompanhamento de Pessoal
Elaboração: Dieese – Subseção Apeoesp/Cepes
Nota (01): No calculo foram excluídos os 136 Professores PII e 2 estagiários

A evolução do quadro do magistério ao longo do tempo revela que o número de professores PEB II cresceu de 105,7 mil para cerca de 152,4 mil entre 1999 e 2007, enquanto o número de professores PEB I teve uma queda de cerca de 26 mil vagas.

Já o contingente de supervisores, vem caindo desde 1999, atingindo em outubro de 2007 cerca de 19 mil trabalhadores, à semelhança do que ocorre com os professores inativos (Gráfico 7).

Gráfico 7

Evolução do Quadro do Magistério Total
Estado de São Paulo
1999-2007

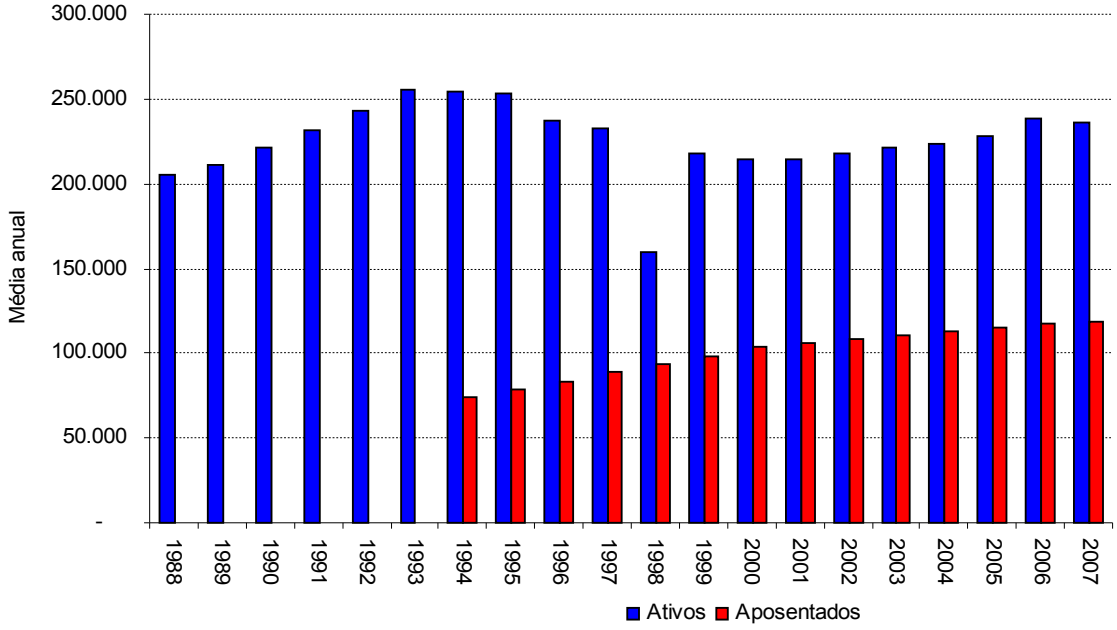


Fonte: SEE – Boletim de Acompanhamento de Pessoal
Elaboração: Dieese – Subseção Apeoesp/Cepes

A evolução do quadro do magistério pode também ser vista no gráfico abaixo com dados dos funcionários ativos e aposentados, desde 1988. Em 1993 houve um pico no número de professores, seguido de uma queda consistente até 2000, quebrada apenas pelo ano de 1998, um ponto fora da curva. O número de professores sobe um pouco até 2006 e 2007, mas não chega ao recorde anterior. Também é interessante o crescente número de aposentados, que aparecem a partir de 1994, quando os aposentados passam do fundo federal para o estadual de aposentadoria.

Gráfico 8
Quadro do Magistério Ativos e Aposentados
Estado de São Paulo
1988-2007

(Médias anuais)

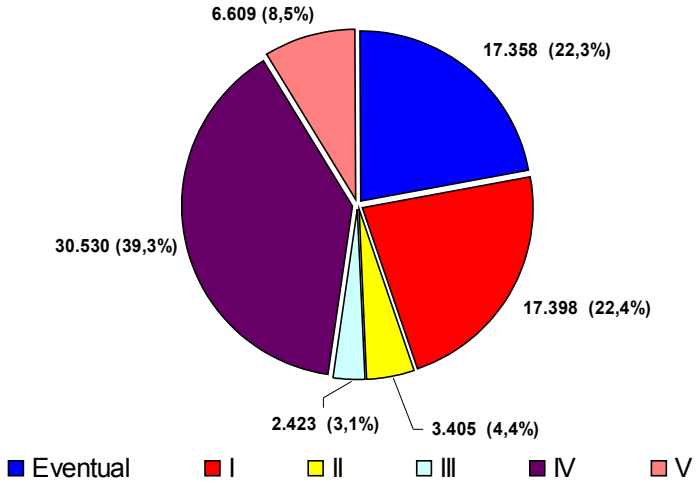


Fonte: SEE – SP Boletim de Acompanhamento de Pessoal
Elaboração: DIEESE – Subseção Apooesp/cepes

.

No mês de setembro de 2007, dos professores PEB I que atuavam na rede, 39,3% eram professores de nível IV. Chama atenção o número expressivo de professores PEB I classificados como "eventuais" (17.358), chegando a representar 22,3% do total de professores PEB I. Esse dado é importante, pois os professores eventuais não possuem jornada de trabalho legalmente regulamentada, além de receberem salários que, na média, são os mais baixos da categoria.

Gráfico 9
Professores de Educação Básica I, segundo Nível
Setembro - 2007



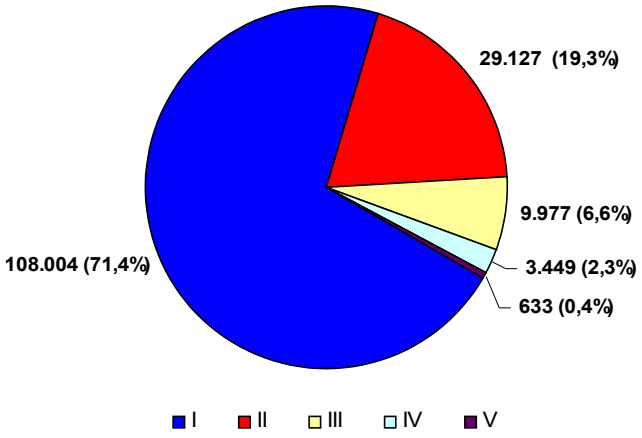
Fonte: SEE – SP Boletim de Acompanhamento de Pessoal
Elaboração: DIEESE – Subseção Apooesp/cepes

Já no caso dos professores PEBII, percebemos que a grande maioria (71,4%) era de professores de nível I. Outros 19,3% Se encontram no nível II.

O maior contingente de professores PEBI em níveis mais elevados na carreira é, em parte, fruto do menor número de novas contratações para este cargo e do fato dos presentes já estarem a mais tempo no magistério estadual. No caso dos professores PEB II, por sua vez, observamos o contrário, mais novos contratados e nem sempre com qualificação elevada o que os alçaria a um nível mais alto.

É importante observar que o professor PEB II nível I, recebe um salário abaixo do PEB I nível V e pode exercer aulas em todas as séries do Ensino Fundamental.

Gráfico 10
Professores de Educação Básica II, segundo Nível
Setembro - 2007



Fonte: SEE – SP Boletim de Acompanhamento de Pessoal
Elaboração: DIEESE – Subseção Apooesp/cepes

4. Campanha Salarial: Evolução do salário base e perdas salariais acumuladas

Desde a implantação do atual plano de carreira (LC 836/97), em fevereiro de 1998, até outubro de 2007 a inflação apurada pelo ICV-DIEESE foi de 89,46%. Já o **salário base** da categoria foi reajustado em apenas 36,91%.

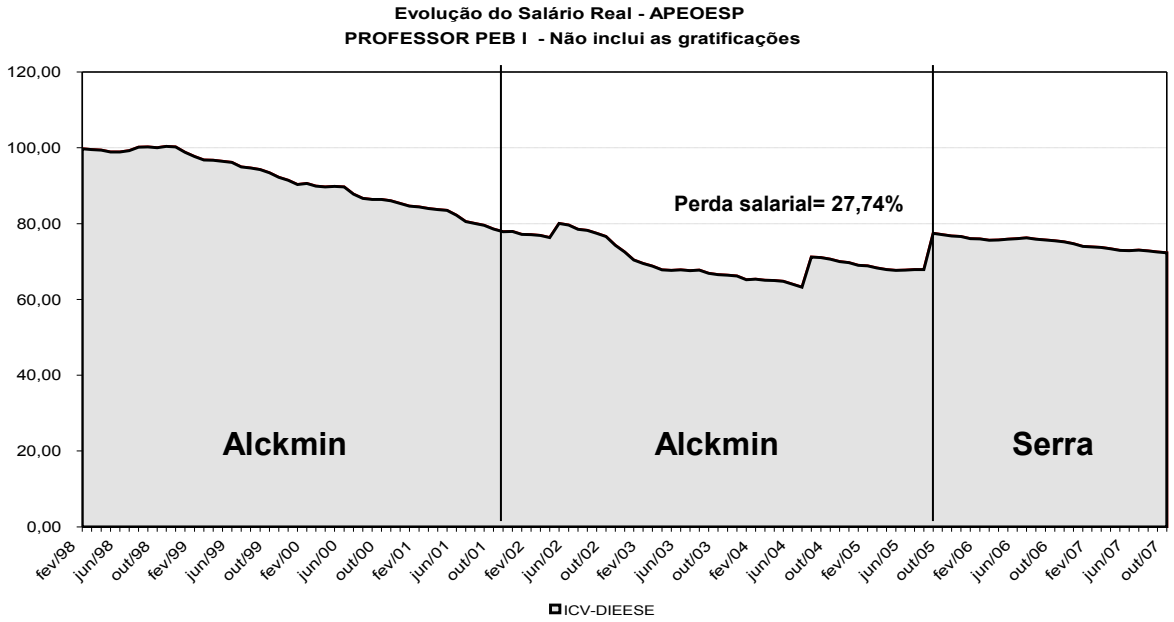
Neste período ocorreram três reajustes salariais na carreira do professor:

1) Em maio de 2002, de 5%;
2) Em agosto de 2004, de 13,38%;
3) Em setembro de 2005, de 15%.

Portanto, para recuperar o poder aquisitivo dos salários fixados em fevereiro de 1998, seria necessário um reajuste salarial de 38,39%. O cálculo toma como referência o piso salarial do Professor de Educação Básica I, com jornada de 24 horas semanais, nível I.

O Gráfico 11, a seguir, registra qual a evolução do poder de compra do salário dos professores desde Fev/98. Nele podemos perceber que a perda salarial no período foi de 27,74%, significando que, no mês de outubro de 2007 o salário base da categoria conservava apenas 72,26% do poder de compra de Fev de 98.

Gráfico 11



Fonte: DIEESE – Subseção Apeoesp/Cepes

Observamos anteriormente, ao comentar as finanças do Estado, que ainda existe um claro espaço para recuperação dessas perdas e recuperação do poder aquisitivo do professorado paulista.

Considerando o limite prudencial de gasto com pessoal, existe um espaço para aumento de gastos com pessoal de 13,13% (= 15,53% -2,4% crescimento vegetativo da folha), o que representa cerca de R$ 4,3 bilhões em termos monetários. Este valor, contudo, é objeto de disputa de todas as categorias dos servidores estaduais que pleiteiam aumento (Tabela 3).

No que diz respeito especificamente aos professores, é preciso mencionar que a Folha de Pessoal da Secretaria da Educação para 2008 é de R$ 8,8 bilhões o que representa 31,4% do total da "Despesa com Pessoal do Poder Executivo". Para manter sua participação na folha caso também seja concedido aumento para outras categorias até o limite prudencial imposto pela LRF, a categoria pode reivindicar uma fatia de cerca de cerca de R$ 850 milhões para recomposição salarial.

Entretanto, o orçamento de 2007 para a Secretária da Educação prevê um aumento na despesa de pessoal apenas 3,1% em relação ao orçamento de 2006, sendo que o crescimento vegetativo da folha de pessoal é de cerca de 2,4% ao ano. Como veremos na análise da proposta orçamentária para o próximo ano o governo parece acenar para um quadro distinto em relação à política de gasto com pessoal.

Tabela 3
Possibilidade de aumento global da folha considerando os limites fiscais da LRF

Ítem	2007
Receita Corrente Líquida	68.984.488,00
Gasto com Pessoal	27.796.036,00
% Comprometido	40,29%
Limite Prudencial (95% Limite Máximo)	32.112.279,16
Limite Máximo 49,0%	33.802.399,12
Reajuste Possível - Limite Prudencial	**15,53%**
Reajuste Possível - Limite Máximo	**21,61%**
Aumento Nominal Possível - Limite Prudencial	**4.316.243,16**
Aumento Nominal Possível - Limite Máximo	**6.006.363,12**

Fonte: DIEESE – Subseção Apeoesp

5. Analise da proposta orçamentária de 2008 para educação

Introdução

No dia 28 de setembro de 2008 o governo enviou para a Assembléia a Proposta Orçamentária para o Ano de 2008 (PL. 1162 - Lei Orçamentária Anual). A proposta veio antes do PPA estar pronto, o que é uma contradição uma vez que o PPA deve balizar a LOA nos seus quatro anos de vigência. Na passagem da LDO 2008 o governo já havia argumentado que o texto "enxuto" se devia ao fato do ano de 2008 marcar um novo ciclo (PPA 2008-2012).

Receitas

O governo programou um acréscimo de 7% nas receitas do tesouro e de 12% na receita total, puxada pelo forte aumento da receita com a administração indireta e de capital. Já as receitas correntes, que representam as receitas com impostos e contribuições, tiveram um aumento de 10% em relação ao orçado em 2007. É sobre esta que incide as contribuições do FUNDEB e a vinculação de 30% do orçamento para educação.

.

Tabela 4
Receita segundo categoria econômica e fonte
Estado de São Paulo
2007-2008

	2007	2008	%
Receita do Tesouro	78,9	84,40	7,0%
Receitas Correntes	76,9	84,9	10,3%
Receitas de Capital	2,0	3,50	71,6%
Receitas Adm. Indireta	6,0	16,0	166,4%
RECEITA TOTAL	84,986	95,203	12,0%

Fonte: LOA 2007 e PLOA 2008

Despesas

No item despesa, da Secretaria da Educação Estadual, o governo está prevendo um aumento de cerca de 10% com pessoal e encargos, significativamente maior do que os 3% previstos entre 2006 e 2007. Isso significa uma margem maior para concessão de reajustes salariais e/ou contratação de pessoal. A despesa com investimento continua crescendo a taxa de 17%, de forma semelhante ao que ocorreu no orçamento de 2007.

Tabela 5
Orçamento de Despesas do Quadro da Secretaria da Educação
Estado de São Paulo
2007-2008

em R$ Milhões

Itens de Despesa	2006	2007	2008	2007/2006 Variação		2008/2007 Variação	
				Absoluta (R$)	Percentual (%)	Absoluta (R$)	Percentual (%)
Pessoal e Encargos	8.575	8.841	9.714	266	3,10%	872	9,9%
Outras despesas Correntes	2.812	2.866	3.294	54	1,94%	428	14,9%
Investimentos	233	295	346	62	26,48%	51	17,3%
Total	11.620	12.002	13.353	382	3,29%	1.351	11,3%

Fonte: LOA 2006 e 2007 e PLOA 2008
Elaboração: DIEESE – Subseção Apeoesp/Cepes

Programas

A análise da despesa por programas revela que o governo fez um rearranjo dos programas e despesas. O programa com maior aumento de verba foi a parceria entre estado e município, com acréscimo de mais de R$ 195 milhões. Ao mesmo tempo o programa Escola da Família perdeu praticamente 50% da sua verba em relação a 2007.

Para o próximo ano o governo criou alguns novos programas e extingui outros. Entre os principais programas criados está o de Avaliação do Sistema Educacional, como cerca de R$ 11 milhões em recursos, e que inclui tanto a avaliação de desempenho como o SARESP.

Tabela 6
Principais Despesas por Programa
Secretaria Estadual de Educação
2007 -2008

Programa	LOA 2007	LOA 2008	2008/07 (Variação) Absoluta (R$)	2008/07 (Variação) Perc. (%)
Parceria Educacional Estado-Município	6.000.000	201.537.050	195.537.050	3259,0%
Merenda Escolar	172.974.000	191.432.280	18.458.280	10,7%
Melhoria da Qualidade de Ensino Fundamental	5.140.541.454	4.907.417.251	-233.124.203	-4,5%
Melhoria e Expansão do Ensino Médio	1.969.335.776	2.329.604.011	360.268.235	18,3%
Escola da Família/Parceria Escola Comundade e Soc.	218.018.393	113.383.873	-104.634.520	-48,0%
Informatização Escolar	23.850.000	95.958.606	72.108.606	302,3%
Formação Continuada de Educadores (2)	115.909.759	81.834.800	-34.074.959	-29,4%
Complementação do Estado ao Desenvolvimento da Ed. Básica	1.140.000.000	-	**Extinto**	**-**
Avaliação do Sistema Educacional	-	10.950.010	**Novo**	**-**
Expansão, Melhoria e Reforma da Rede Fisica Escolar	-	284.878.658	**Novo**	**-**
Gestão Institucional e Manutenção da Educação	-	5.062.760.683	**Novo**	**-**
Encargos Gerais – Pagto de Ações Indenizatórias	1.444.613	378.971	-1.065.642	-73,77%
Suporte Administrativo	278.496.992	-	**Extinto**	-
Obrigações Previdenciárias	2.865.370.865	-	**Extinto**	-
Comunicação Social	6.000.000	20.000.000	14.000.000	233,3%
Governo Eletrônico I - Rede Intragov	57.028.000	52.817.551	-4.210.449	-7,38%
Governo Eletrônico II - Transações entre Secretarias	1.800.000	-	**Extinto**	-
Governo Eletrônico III - Transações com a sociedade	3.000.000	-	**Extinto**	-
Governo Eletrônico IV – Inclusão Digital	2.000.000	-	**Extinto**	-
Total	**12.001.769.852**	**13.352.953.744**	**1.351.183.892**	**11,26%**

Fonte: LOA 2007 e PLOA 2008
Elaboração: DIEESE – Subseção Apeoesp/Cepes